



Editorial

Caro Leitor,

Este número do "Alerta" o primeiro do ano de 2024 leva até aos nossos leitores as atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Contas. Neste número, que cobre os meses de janeiro e fevereiro damos-lhe conta da apresentação de cumprimentos por parte do Presidente e Juiz Conselheiro a Sua Excelência o Sr. Presidente da República, da entrega do Parecer sobre a Conta Geral do Estado referente ao ano de 2021, da auscultação do Tribunal de Contas por parte da Comissão Especializada de Finanças e Orçamento do Parlamento da Assembleia Nacional

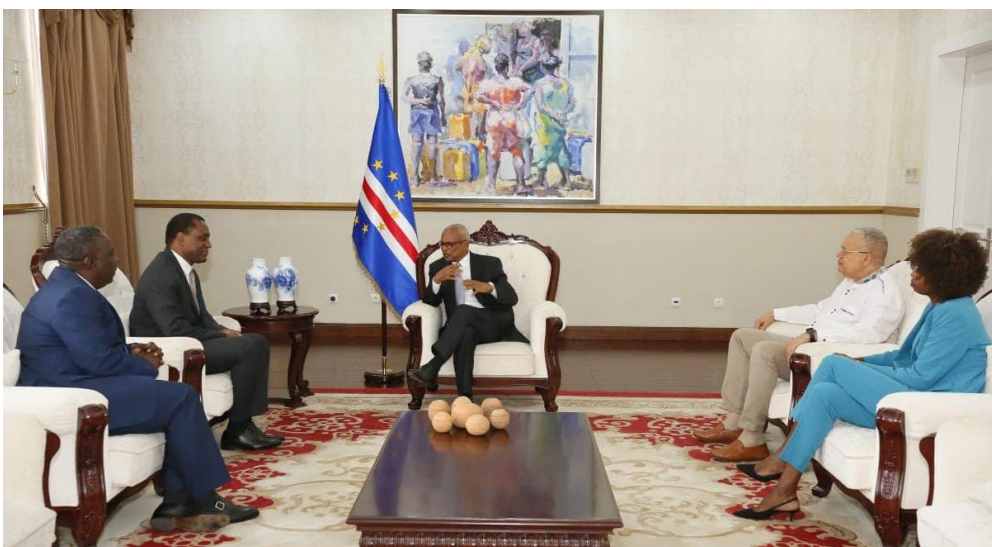
O Alerta deste mês dá-lhe ainda conta da agenda do Plenário, das Conferências de Secção e por último da ação de capacitação promovida pela Comissão de Prevenção da Corrupção dirigida aos seus membros

Tenha uma boa leitura,
A Direção

Apresentação de cumprimentos de ano novo ao Senhor Presidente da República



Cumprindo a tradição, ma delegação do Tribunal de Contas encabeçada pelo Presidente **João da Cruz Silva** e integrada ainda pelos Srs. Juízes Conselheiros, Drs. **José Maria Cardoso, Ana Reis e Claudino Semedo**, foi recebida no passado dia 09 de janeiro, pelo mais alto magistrado da nação para apresentação de cumprimentos de ano novo.



A ocasião serviu para as partes abordarem os desafios e ganhos do setor e perspetivarem o novo ano.



Tribunal de Contas entregou o Parecer da Conta Geral do Estado do ano de 2021 ao Parlamento



O Presidente do Tribunal de Contas, **Dr. João da Cruz Silva**, entregou, na manhã do dia 28 de dezembro de 2023, o Parecer sobre a Conta Geral do Estado (PCGE), referente ao ano de 2021 ao Sr. Presidente da Assembleia Nacional, **Dr. Austelino Correia**.



O primeiro representante da Instituição de Controlo cabo-verdiana que se fez acompanhar pelos Senhores Juízes conselheiros, **José Maria Cardoso** e **Claudino Semedo**, falando sobre o acatamento das recomendações do Tribunal de Contas por parte do Ministério das Finanças, considerou que globalmente e de forma satisfatória o Ministério das Finanças vem cumprindo com o estipulado na legislação sobre a atividade financeira do Estado.

Comissão Especializada de Finanças e Orçamento do Parlamento auscultou o Tribunal de Contas sobre o Parecer sobre a Conta Geral do Estado (PCGE) de 2021





Como é da praxe, no passado dia 31 de janeiro, a Comissão Especializada de Finanças e Orçamento do Parlamento auscultou o Tribunal de Contas sobre o Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2021, (PCGE).

Ao ato estiveram presentes o Presidente do Tribunal de Contas, **João da Cruz Silva**, os Senhores Juízes conselheiros (Relator e adjunto) **Claudino Semedo** e **José Maria Cardoso** e os Senhores **Diretor Geral** e **Coordenador da Unidade do Parecer sobre a Conta Geral do Estado**. Na ocasião foi feita uma exposição e fornecidos esclarecimentos aos Senhores deputados.

Gabinete do Presidente realiza o 1º encontro de Nivelamento de Sinergias



Realizou-se a 26 de janeiro, o 1º encontro de nivelamento de sinergias de 2024. Regra geral, mensalmente, o Presidente reúne todos os dirigentes desta ISC para um balanço da implementação do Plano Anual de Atividades (PAA), que leva a conhecimento de todos os dirigentes, as atividades implementadas, os constrangimentos deparados e as perspetivas futuras, acionando desta forma medidas corretivas de gestão, no sentido de colmatar tempestivamente as eventuais dificuldades deparadas.

O PAA é elaborado de acordo com o Plano Estratégico do Tribunal de Contas, horizonte 2020-2024, sendo que o primeiro encontro de 2024 teve como propósito o balanço do ano de 2023, tendo sido registado uma taxa de implementação do PAA de 70 % e uma taxa à margem do PAA de 74%, sendo este último, integra atividades previstas e não previstas no PAA aprovado pelo Plenário, e alterado pela Deliberação nº 3, de 05 de dezembro.



Tribunal de Contas de Cabo Verde participa na Conferência Internacional sobre «Regimes de responsabilidade perante as ISC - Instituições Superiores de Controlo, situação atual e perspetivas»



A convite da Presidente Tribunal de Contas de Marrocos, Zineb El Adaoui, uma delegação do Tribunal de Contas de Cabo Verde, formada pelo seu Presidente **João da Cruz Silva** e Conselheiro **Victor Monteiro**, participou no dia 22 de fevereiro, corrente, sob o alto patrocínio **S. Majestade o Rei Mohamed VI**, Conferência Internacional sobre «Regimes de responsabilidade perante as instituições superiores de Controlo, situação atual e perspetivas».

Refira-se que o referido evento para além de palavras iniciais do Presidente do TCU (Tribunal de Contas da União do Brasil) e INTOSAI, **Bruno Dantas**, contou conferencistas das Instituições superiores do Panamá, Emirados Árabes Unidos, Senegal, Brasil, França, Portugal e Marrocos, entre os quais académicos.

Na conferência debateu-se os seguintes temas: «A responsabilidade dos gestores públicos, fundamentos e princípios», «A responsabilização dos gestores públicos perante as ISC face ao imperativo de eficácia e do Impacto, olhar avaliativo sobre a situação atual na paisagem do INTOSAI», «Que futuro para a responsabilização dos gestores públicos perante as ISC?»

Nas apresentações e debates houve intensa troca de experiências, das funções repressivas das ISC jurisdicionais e não jurisdicionais, a questão da denúncia para efeitos de aplicação de sanções, a proteção de denunciantes, as insuficiências que merecem reflexão, a partilha de boas práticas para o aperfeiçoamento contínuo das ISC e o envolvimento de todos nos ajustamentos profissionais das respetivas organizações.



Pro Palop organiza na Praia Seminário de formulação do Plano de Trabalho do programa Pro PALOP-TL para o período 2024-26



O Programa Pro Palop-TL organizou, na cidade da Praia, entre os dias 19 e 26 de fevereiro um Seminário de formulação do **Plano de Trabalho do programa Pro PALOP-TL** para o período 2024-26 em Cabo Verde. Tratou-se um exercício muito participado e inclusivo. A iniciativa que visou uma compreensão partilhada no contexto específico do país no quadro do programa e do âmbito de intervenção, juntou, aproximadamente 45 quadros das instituições beneficiárias e parceiras do programa.

Dos 5 dias de trabalho árduo saíram a racionalização e arbitragem orçamental feita pela Unidade de Gestão do Pro PALOP-TL do excelente trabalho realizado pelas equipas. O documento tem os PTAs consolidados por Output para os três anos e uma planilha adicional em que esses resultados e respetivos orçamentos podem ser analisados por ano.

A planificação incidiu apenas sobre os outputs/resultados esperados que serão realizados com base em ações levadas a cabo em parceria com as instituições beneficiárias nacionais (Outputs 1, 2, 3 e 5), tendo ficado de fora os outputs que deverão beneficiar os países e instituições parceiras de forma transversal - output 4 (comunidades de práticas e acesso a melhores práticas internacionais / parcerias com outras instituições e blocos supranacionais relevantes para a intervenção do programa) e outputs 6 (Gestão do programa e apoio especializado em domínios do programa). Consequentemente, o montante total para o período 2024-26 é de 1,235,000 USD - um valor ligeiramente acima do previsto para os PTAs nacionais que deverão situar-se entre os 900,000 USD e os 1,200,000 USD.

Dos referidos PTAs constata-se que :

- 27% do total do orçamento do PTA 2024-26 foi alocado para reforçar as capacidades do Ministério das Finanças (DNOCP/DNRE/UTIC) para promover a transparência orçamental e do sistema de gestão das finanças públicas, bem como melhorar a mobilização de recursos domésticos - Output 1 do programa.



- 37% do total do orçamento do PTA 2024-26 foi alocado no reforço das capacidades das instituições estatais responsáveis pelo controlo das contas públicas (Assembleia Nacional, Tribunal de Contas, Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas - ARAP - e Inspeção Geral das Finanças - IGF), em particular o controlo externo das despesas públicas - output 2.
- 18% do total do orçamento do PTA 2024-26 foi alocado no reforço das capacidades das organizações da sociedade civil, atores não-estatais do sistema de gestão das Finanças Públicas, para a monitoria e seguimento das despesas e políticas públicas - output 3.
- 17% do total do orçamento do PTA 2024-26 foi alocado ao reforço das instituições e sistemas que promovem a igualdade de género, em particular, por via da transversalização do género nos processos orçamentais e de planificação estratégica do desenvolvimento nacional (ICIEG e as instituições estatais e atores não-estatais do sistema de gestão das Finanças Públicas) - output 5.



Em suma, a aposta na concentração dos resultados de atividade ao longo dos 3 anos veio permitir alocar recursos de forma mais consequente e permitirá reportar de forma mais consequente os ganhos eventuais nesses eixos orientadores. Adicionalmente, o trabalho de equipa com a Direção Nacional do Plano permitiu interligar esses resultados de atividades do programa com os programas e metas do PEDS II relevantes.

A encerrar os trabalhos houve lugar no passado dia 26 de fevereiro a apresentação do PTA 2024-26 e seguida de uma mesa redonda de aprovação do mesmo, que contou com a presença de alguns representantes das entidades envolvidas.



Tribunal em Sessões Plenárias



O Tribunal de Contas reuniu-se em Sessões Plenárias Ordinárias e em Conferência da II^a e III^a Secção, tendo apreciado os seguintes documentos.

PLÉNARIO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Sessão ordinária do dia 21 de dezembro de 2023:

- Apresentação do Orçamento para o Ano de 2024 - **Aprovado.**
- Fixação da ordem de precedência de Juízes - **Aprovado.**
- Atribuição de áreas de responsabilidade aos Juízes da 2^a Secção - **Aprovado.**
- Fixação de turno durante as férias judiciais de 2024 - **Aprovado.**
- Apreciação e deliberação sobre o PCGE de 2021 - **Aprovado.**

Sessão ordinária do dia 29 de dezembro de 2023:

- Apreciação e deliberação sobre o Plano Anual de Atividades para o ano de 2024 - **Aprovado.**

CONFERÊNCIA DA II SECÇÃO

Sessão ordinária do dia 15 de fevereiro de 2024:

- Apreciação e deliberação sobre o projeto de Relatório de VIC do MPD de 2019;
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de Relatório de VIC do MPD de 2020;
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de Relatório de VIC do Estádio Nacional de 2014;
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de Relatório de VIC do Estádio Nacional de 2015;

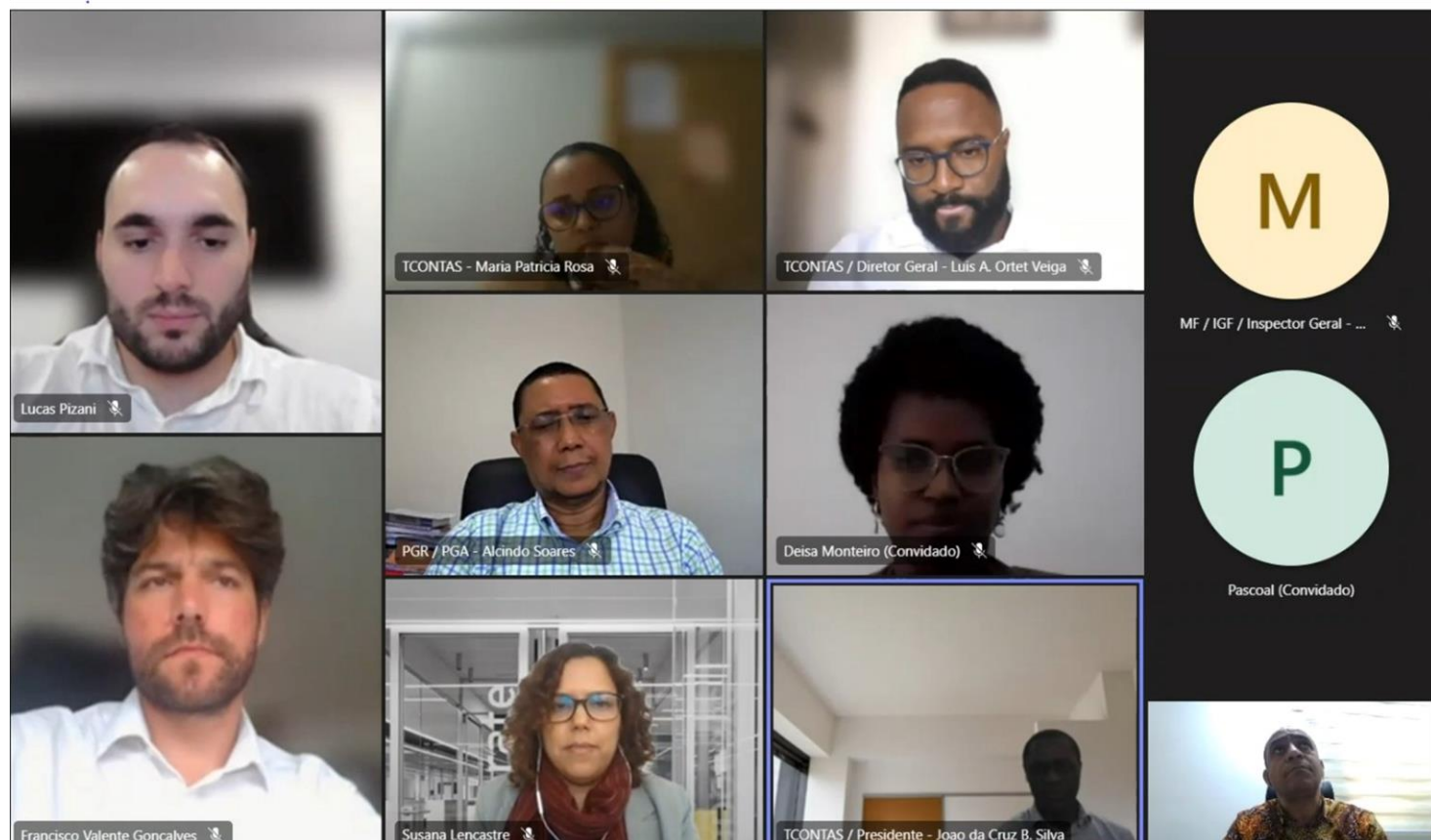


- Apreciação e deliberação sobre o projeto de Relatório de VIC do Estádio Nacional de 2016;
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de Relatório de VIC do Estádio Nacional de 2017;
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de Relatório de VIC da FICASE de 2019;
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de Relatório de VIC da PGR de 2018;
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de relatório de VIC da Direção Nacional da Polícia Nacional de 2019;
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de relatório de VIC do ICIEG de 2014;
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de relatório de VIC do Município de S. Lourenço dos órgãos de 2015;
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de relatório de VIC do Município de S. Domingos de 2018;
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de relatório de VIC do Município da Ribeira Grande de Santo Antão de 2019;
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de relatório de VIC do Fundo Nacional do Ambiente de 2015;
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de relatório de Auditoria à ENAPOR S.A. 2019-2021;
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de relatório de auditoria ao IILP 2020;
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de relatório de auditoria ao IILP 2021;
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de relatório de VIC da Agência Marítima Portuária de 2014;
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de relatório de VIC da Agência Marítima Portuária de 2015;



CPC - Conselho de Prevenção da Corrupção

Conselho de Prevenção da Corrupção realiza ação de formação



De 15 a 19 de janeiro pp decorreu em formato remoto operacionalizado pela empresa **Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.**, uma ação de capacitação dos atuais oito (8) membros do Conselho, subordinada ao tema "**Integridade, Compliance e Ética**".

A formação teve como propósito principal apoiar os membros do CPC na elaboração do PPR- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e infrações conexas.